

## No DF ação contra invasão de fazenda

<sup>4468</sup>  
 É de competência do Tribunal Federal de Recursos, em Brasília, resolver o problema da ocupação de uma gleba de terra no município de Amambai por mais de 54 índios das tribos Caiuás e Guarani, conforme decisão ocorrida no último final-de-semana pelo juiz daquela Comarca. Esses silvícolas invadiram no começo do mês passado terras da Fazenda Paraguaçu, de propriedade de Argemiro Sguissardi, e imediatamente o seu advogado, João Carlos Marinheiro, entrou com um pedido de liminar de reintegração de posse na Justiça Federal, em Campo Grande, mas o juiz Luciano Franco Tolentino Amaral - na oportunidade - en-

tendeu que o caso era de competência da Comarca de Amambai.

Na segunda-feira pela manhã, João Carlos Marinheiro e o seu cliente viajaram para Brasília e no mesmo dia deram entrada com recurso no Tribunal Federal de Recursos, mas até o final da tarde de ontem nada ainda havia sido resolvido. O grupo de índios ainda mantém a ocupação da gleba, sob a alegação que a região é um local sagrado, onde estão sepultados milhares de seus ancestrais".

### A OCUPAÇÃO

A ocupação das terras aconteceu de forma pacífica. Argemiro Sguissard e João Carlos Marinheiro tentam, também em

Brasília, negociar com a Fundação Nacional do Índio (Funai) uma solução para o problema. Em 1978, estourou um conflito na região pelos mesmos motivos. A situação, até agora, é calma. Os índios não foram molestados e nenhuma força policial foi chamada a intervir.

As terras invadidas localizam-se a 20 quilômetros de Amambai. Os mais de 54 caiuás e guarani tentam, ainda, resgatar o cemitério indígena, incluído num título de propriedade expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mediante processo de discriminação de terras devolutas da União.

Também em 1978, o então cacique Mário Juruna esteve na região para acompanhar o caso, chegando a testemunhar uma série de ameaças contra equipes de antropólogos e técnicos que trabalhavam na demarcação das terras dos caiuás, praticadas por fazendeiros e posseiros. Logo após a ocupação, o fazendeiro Argemiro Sguissardi manteve contatos com os índios e garantiu a permanência deles no local, até que a Funai e a Justiça possam resolver o impasse. Até o momento, a Polícia Federal não foi requisitada pelo Posto da Funai em Amambai, porque o clima é de normalidade na Fazenda Paraguaçu.